

RESOLUÇÃO Nº 1452/2021 – TJAP

Dispõe sobre o Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Amapá 2021-2026 e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo art. 125, § 1º, da Constituição Federal, pelo Decreto (N) n.º 0069/1991 e pelo art. 543, de seu Regimento Interno (Resolução n.º 006/2003)

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um referencial estratégico, de forma que o Poder Judiciário possa melhor cumprir com sua finalidade de articular as ações de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de conferir suporte e sustentabilidade aos propósitos institucionais;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 325, de 1 de junho de 2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021/2026, aplicável aos Tribunais, com possibilidade de revisões periódicas;

CONSIDERANDO a necessidade de revisão e alinhamento da estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá os Macrodesafios do Poder judiciário, formulados pela Rede de Governança Colaborativa;

CONSIDERANDO que a adoção da referida ferramenta gestonária trará uma maior racionalização, resultados e eficiência na rotina dos serviços judiciários, convergindo para uma justiça de excelência;

CONSIDERANDO, ainda, o que restou deliberado pelo Egrégio Pleno Administrativo desta Corte de Justiça, por ocasião da 848ª (Octingentésima Quadragésima Oitava) Sessão Ordinária, realizada em 30/06/2021, ao deliberar o Processo Administrativo nº 066971/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Plano Estratégico do Poder Judiciário do Amapá para o período de 2021 a 2026, constante do Anexo Único desta Resolução, sintetizado nos seguintes componentes:

I - Missão: Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.

II - Visão: Garantir justiça a todos de forma rápida, eficiente e sustentável.

III – Valores institucionais:

- a) Acessibilidade
- b) Agilidade
- c) Credibilidade
- d) Eficiência
- e) Ética
- f) Imparcialidade
- g) Inovação
- h) Integridade
- i) Segurança jurídica
- j) Sustentabilidade
- k) Transparência
- l) Responsabilização

IV - 14 (quatorze) objetivos estratégicos, distribuídos em 3 (três) perspectivas:

a) Perspectiva Aprendizado e Crescimento: perspectiva da base do mapa estratégico, trata do protagonismo e do desenvolvimento das pessoas na era digital, além de compreender os recursos e o suporte tecnológico necessários ao alcance das estratégias organizacionais, composta dos seguintes objetivos:

- i- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
- ii- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
- iii- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- iv- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- v- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

b) Perspectiva Processos Internos: destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TJAP com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos serviços prestados e fazem parte os seguintes objetivos

- i- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- ii- Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa
- iii- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
- iv- Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios
- v- Promoção da Sustentabilidade
- vi- Comunicação eficaz
- vii- Transformação digital

c) Perspectiva Sociedade: perspectiva de resultados situada na parte superior

do mapa estratégico, compreende os resultados organizacionais, a entrega de valor público e o relacionamento com a sociedade, sendo associada aos seguintes objetivos:

- i- Garantia dos direitos fundamentais
- ii- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade

Art.2º. As novas gestões devem apresentar um plano de gestão alinhado à estratégia institucional no prazo de 30 dias da posse.

Parágrafo único. As unidades organizacionais e os órgãos colegiados deverão atualizar os planos setoriais e temáticos vigentes sob sua responsabilidade, a fim de alinhá-los ao PE-2021/2026.

Art.3º. Os planos, as ações deles decorrentes e seus resultados, serão monitorados e revistos periodicamente, com o fim de identificar e antecipar estratégias e necessidades institucionais.

Parágrafo único. O acompanhamento a que se refere este artigo deverá ser feito por Comitê de Governança e Gestão Estratégica e pelo órgão responsável pelo Planejamento e Gestão Estratégico do Tribunal de Justiça.

Art.4º. Fica instituído o Comitê de Governança e Gestão Estratégica para acompanhar e revisar o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, assim constituído:

- I – Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá;
- II – Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá;
- III – Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá;
- IV – Juiz indicado pelo Presidente do TJAP;
- V – Juiz indicado pelo Corregedor-Geral do TJAP;
- VI – Diretor Geral;
- VII – Representante da unidade de Planejamento e Gestão Estratégica.

Parágrafo único. O Comitê de Governança e Gestão Estratégica será presidido pelo Desembargador Presidente do TJAP e, na sua falta, por Desembargador em exercício da Presidência ou o juiz mais antigo, integrante do Comitê.

Art.5º. Ao Presidente do Comitê compete decidir sobre questões omissas e urgentes, relacionadas ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Art.6º. Compete aos membros do Comitê de Governança e Gestão Estratégica do TJAP:

I. participar das Reuniões de Análise da Estratégia (RAES) quadrimestrais, para acompanhamento dos resultados das metas fixadas e promoção de ajustes e medidas necessárias à melhoria do desempenho;

II. deliberar acerca de alterações nos indicadores, metas e projetos estratégicos, assegurando sua adequação e suficiência para o alcance dos objetivos estratégicos do TJAP, a fim de prover o Plano Estratégico do dinamismo e da agilidade necessários à sua permanente adaptação aos contextos emergentes.

Art. 7º. As decisões do Comitê de Governança e Gestão Estratégica serão sempre proferidas em colegiado, observando-se “*quorum*” de maioria simples e serão materializadas em deliberações.

Parágrafo único – Caberá ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Art.8º. Caberá à área de Planejamento e Gestão Estratégica secretariar as RAES e elaborar as respectivas Atas.

Art.9º. O ato normativo da Presidência sobre glossário dos indicadores de desempenho será publicado em até 30 dias contados da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. Os comitês dos subsistemas de Pessoas, Tecnologia da Informação e Contratações deverão publicar seus respectivos planos em até 30 dias contados da publicação do ato normativo previsto neste artigo, consoante os respectivos Mapas Estratégicos constantes do Plano Estratégico 2021-2026 ora implementado.

Art.10. A Presidência do Tribunal baixará os atos necessários à regulamentação desta Resolução e resolverá os casos omissos.

Art.11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 30 de junho de 2021.


Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
Presidente/TJAP

ANEXO ÚNICO

Plano Estratégico 2021-2026

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - PE 2021-2026 surge do processo de revisão da estratégia do Tribunal e substitui o Planejamento Estratégico 2015-2020.

A formulação do plano está alinhada à nova estratégia nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, instituída pela Resolução 325, de 30 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça — CNJ.

O processo de revisão foi realizado de forma participativa e colaborativa e contou com consulta aos públicos externos e internos e ampla participação de representantes de todos os públicos da organização, sob o assessoramento metodológico da ProValore Consultoria e Treinamento Gerencial.

A construção do novo Planejamento estratégico consumiu quatro meses de trabalho e compreendeu a realização de vários workshops de trabalho e de integração e captura de melhores práticas com os Tribunais de Justiça Estaduais de Sergipe, Mato Grosso e Roraima.

Envolveu ainda a realização de pesquisa pública no período de 28 de abril até 7 de maio de 2021 com o objetivo de analisar questões relevantes no ambiente de atuação do Tribunal com base em consulta a especialistas, autoridades dos demais Poderes da União, magistrados, servidores, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e cidadãos em geral.

Os resultados da pesquisa foram utilizados na etapa de geração de alternativas de iniciativas estratégicas suficientes e necessárias ao alcance dos macro desafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Com base na metodologia do Balanced Scorecard – BSC, novamente escolhida como referencial de estruturação para a formulação do Plano, o mapa estratégico do PE 2021-2026 comporta os quatorze objetivos estratégicos a serem perseguidos pelo Tribunal durante o próximo sexênio, distribuídos em três perspectivas: Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; e Sociedade.

Também fazem parte do mapa estratégico do Plano Estratégico 2021-2026 a declaração da missão do tribunal, da visão de futuro do tribunal e os valores públicos a serem entregues à sociedade Amapaense nos próximos seis anos.

GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO

Estratégia Nacional do Poder Judiciário

O CNJ aprovou, em junho de 2020, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, por meio da Resolução 325, e sua construção contou com a participação da Rede de Governança Colaborativa.

Com a finalidade de definir as diretrizes nacionais da atuação dos órgãos do Poder Judiciário para os próximos seis anos, a Estratégia possui os seguintes componentes: missão, visão, objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores de desempenho e estratégias a serem implementadas.

Também foram definidas as diretrizes para todos os tribunais e conselhos do Poder Judiciário traçarem seus próprios planos estratégicos.

O conteúdo do Plano Estratégico TJAP 2021-2026 observa, por conseguinte, as políticas voltadas à concretização da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, ao considerar o conteúdo temático dos Macrodesafios do Poder Judiciário na definição dos objetivos estratégicos institucionais.

Governança Institucional

Aprovado pela instância máxima de governança do Tribunal, o Tribunal Pleno, o Plano Estratégico 2021-2026 é o principal instrumento orientador das ações institucionais durante sua vigência.

Nesse período, caberá à Alta Administração, nas diversas gestões administrativas, estabelecer as diretrizes, no Planejamento Estratégico da Gestão, e prover os recursos necessários à execução da estratégia.

A execução do Plano Estratégico 2021-2026 é coordenada pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica, que auxiliará a Alta Administração na avaliação, na direção e no monitoramento das ações dos magistrados, dos servidores e dos colaboradores para o alcance da visão de futuro do Tribunal.

A avaliação e o monitoramento do Plano Estratégico do Tribunal e dos planos estratégicos de Gestão de Pessoas, TIC, Contratações e Comunicação serão realizados, respectivamente, pelo CGGE e pelos órgãos colegiados que compõem o Sistema de Comitês de Governança Institucional.

Eles comunicarão os resultados e subsidiarão as decisões da Alta Administração quanto ao direcionamento para o alcance da estratégia organizacional.

AGENDA 2030 DA ONU - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





O PODER JUDICIÁRIO E A AGENDA 2030

A Agenda 2030 é a agenda de Direitos Humanos das Nações Unidas, que integra 193 Países membros e que foi recepcionada pelo Poder Judiciário Brasileiro, no Planejamento Estratégico para o período 2021-2026.

A Agenda 2030 é um compromisso assumido pelos líderes dos 193 Países, inclusive o Brasil.

Ela é coordenada pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Como resultado da adesão do Poder Judiciário brasileiro à agenda 2030, o Conselho Nacional de Justiça desenvolveu o projeto Justiça 4.0 com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem por objetivo:

Congregar todo o Poder Judiciário na busca de uma Justiça mais efetiva, com a manutenção de serviços essenciais numa nova visão. Não através de prédios, não através de fóruns. E, sim, com uma prestação de serviços efetivos e disponível a toda população.” Ministro Luiz Fux

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030, relacionadas a efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento, que incorporam e dão continuidade aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de subsídios construídos na Rio+20.

O TJAP foi o primeiro Tribunal de Justiça Estadual a aderir ao projeto Justiça 4.0.

As metas nacionais e os objetivos estratégicos do TJAP, no seu conjunto, buscam atender a todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido e por meio do seu Plano Estratégico 2021-2026, o TJAP está totalmente alinhado aos propósitos da Agenda 2030.

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO – RES. 325 CNJ



IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL

A identidade estratégica define a atuação e o propósito da instituição e orienta a estratégia. A missão organizacional exprime o que se faz e a razão da existência. A visão de futuro estabelece onde e quando a organização pretende chegar. Os valores são os compromissos a serem entregues às diversas partes interessadas da organização por meio de serviços públicos de qualidade, para assim cumprir a missão e alcançar a sua visão de futuro.

Missão

Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.

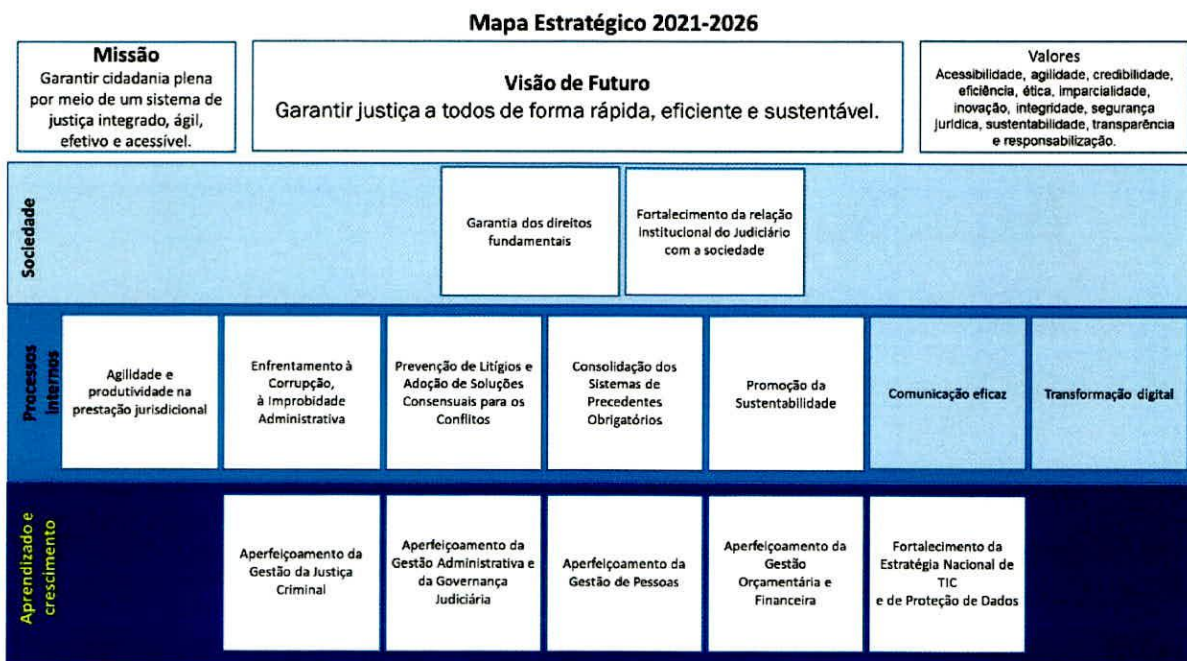
Visão de Futuro

Garantir justiça a todos de forma rápida, eficiente e sustentável.

Valores

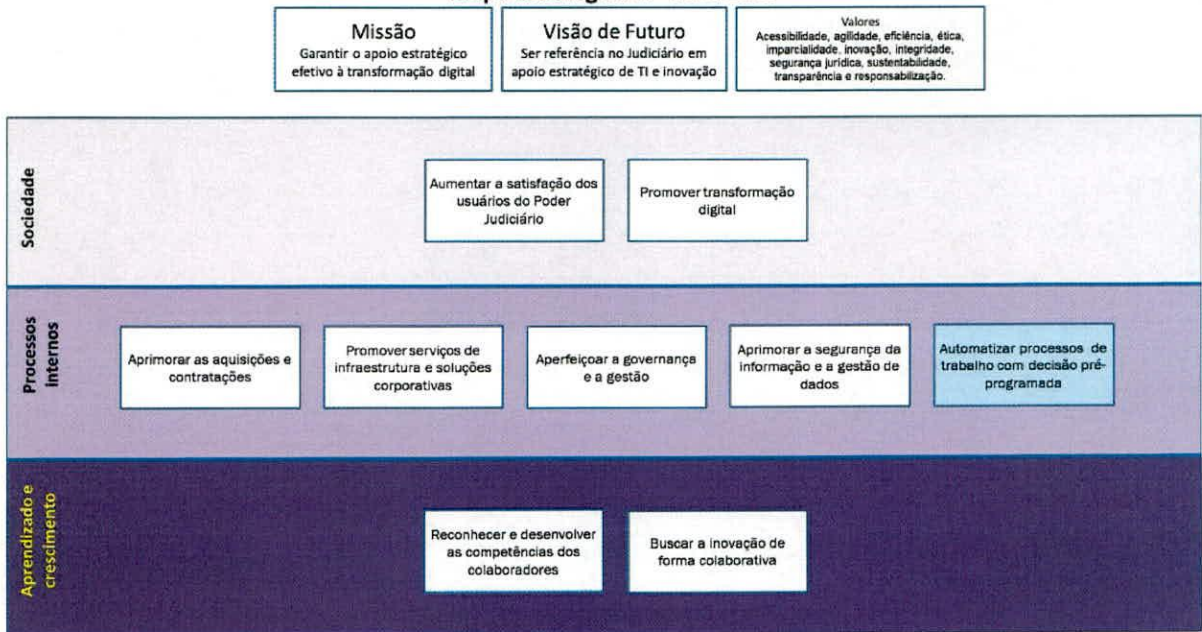
Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026



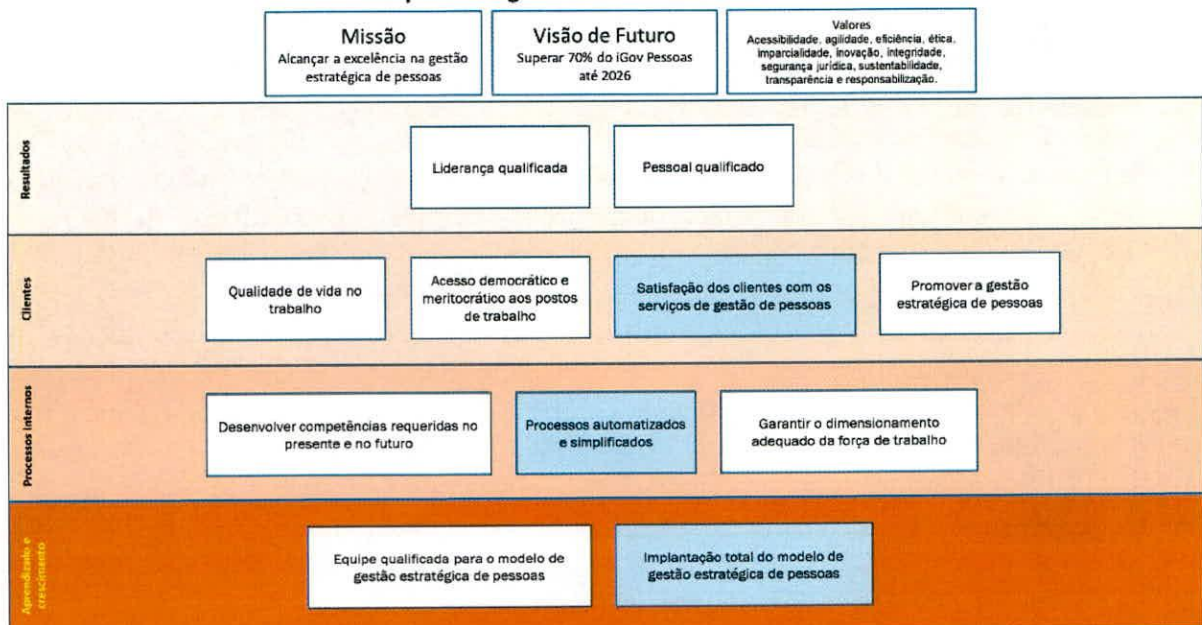

MAPA ESTRATÉGICO TI - 2021-2026

Mapa Estratégico TI - 2021-2026



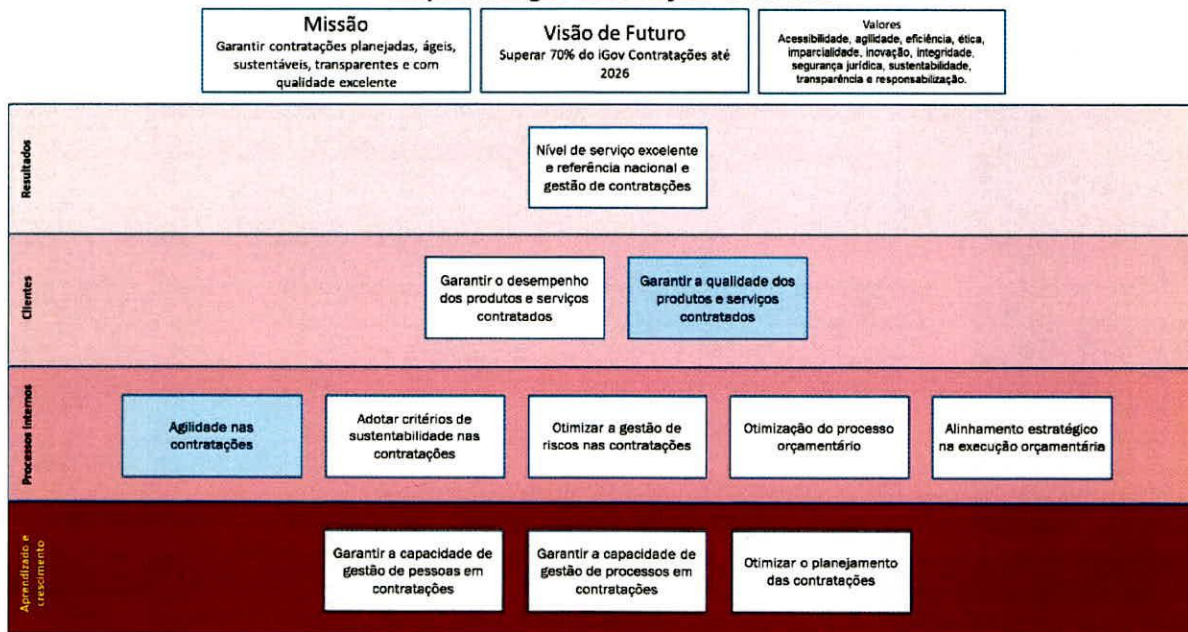
MAPA ESTRATÉGICO GESTÃO DE PESSOAS 2021-2026

Mapa Estratégico Gestão de Pessoas 2021-2026




MAPA ESTRATÉGICO CONTRATAÇÕES - 2021-2026

Mapa Estratégico Contratações - 2021-2026



PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS

O Balanced Scorecard – BSC descreve a estratégia de forma clara e integrada numa relação de causa e efeito estruturante de cima para baixo, representada em uma única página, o mapa estratégico.

O mapa estratégico é o resumo da estratégia prescritiva e mostra a missão, a visão de futuro e os valores que organização deve entregar, além das perspectivas estratégicas e dos objetivos estratégicos suficientes e necessários ao alcance dos resultados definidos.

O gerenciamento e a execução ocorrem de baixo para cima, na ordem:

1. **Aprendizado e crescimento** organizacional criando as condições para a mudança;
2. **Processos internos** integrados numa cadeia de valor adequada e suficiente para a entrega dos resultados em termos de tempo e qualidade;
3. **Sociedade**, onde são medidos e apurados a entrega do valor público e o relacionamento com os públicos de interesse da organização.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Perspectiva da base do mapa estratégico, trata do protagonismo e do desenvolvimento das pessoas na era digital, além de compreender os recursos e o suporte tecnológico necessários ao alcance das estratégias organizacionais.

PROCESSOS INTERNOS

Destaca e prioriza os processos e procedimentos críticos para a promoção da melhoria contínua do TJAP com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais rápida e eficaz, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

SOCIEDADE

Perspectiva de resultados situada na parte superior do mapa estratégico, compreende os resultados organizacionais, a entrega de valor público e o relacionamento com a sociedade.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos sintetizam os resultados que a organização pretende atingir. Eles representam a priorização dos resultados necessários ao alcance da visão de futuro pela organização ao final do ciclo de planejamento estratégico. Eles precisam ser quantificados e qualificados em metas e medidas e monitorados por meio de indicadores de resultado.

Estratégias

As estratégias compreendem as escolhas priorizadas e os rumos definidos para atingir os diferentes objetivos traçados no Plano Estratégico. Elas orientam e estabelecem o alcance dos objetivos estratégicos para otimizar a alocação de recursos e a implementação de programas, projetos e ações de melhoria e de mudança.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal

Descrição:

O objetivo refere-se à adoção de medidas preventivas da criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal.

Pretende reduzir o número de processos e as taxas de encarceramento, bem como fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução da reincidência.

Estratégias:

Fomentar a aplicação de penas e medidas alternativas;

Investir na justiça restaurativa;

Agir em prol do fortalecimento do sistema penitenciário;

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema



carcerário e no sistema de execuções de medidas socioeducativas.

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança Judiciária

Descrição:

O objetivo refere-se à consolidação e ao fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle bem como à adoção de boas práticas de governança, para assegurar a entrega de valor público e o atendimento dos anseios da sociedade.

Ele refere-se também à prática da gestão do conhecimento e do fomento à inovação como meios de aprimoramento da gestão e da atuação institucional focada no jurisdicionado, na eficiência operacional, na humanização do serviço, na desburocratização e na simplificação de processos internos.

Ele trata também da adoção de boas práticas de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de projetos e também da otimização dos processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Estratégias:

- Aprimorar o processo de gestão das metas de desempenho e metas nacionais;
- Investir no reconhecimento, meritocracia e distinção das unidades com desempenho exemplar;
- Aperfeiçoar o processo de tomada de decisão;
- Fortalecer e aprimorar o modelo de governança institucional;
- Consolidar a gestão de riscos;
- Fortalecer o processo de auditoria interna;
- Aperfeiçoar o processo de gestão da estrutura organizacional;
- Consolidar a inteligência estratégica;
- Fomentar e garantir a transparência e a prestação de contas dos resultados;
- Promover a gestão da ética e da integridade;
- Consolidar a sustentabilidade como valor organizacional.

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Descrição:

O objetivo refere-se ao desafio de estabelecer e consolidar o papel central das pessoas no contexto da evolução tecnológica e das inovações nos processos de trabalho.

Ele abrange o fortalecimento das competências orientadas à era digital, o desenvolvimento profissional de magistrados e servidores, a valorização e o reconhecimento alinhados ao desempenho, o incentivo ao trabalho colaborativo, a otimização da alocação de pessoas e a atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho.

Estratégias:

- Fortalecer as competências dos gestores e servidores orientadas para o futuro, para as pessoas e para os resultados;
- Otimizar a alocação de pessoas considerando as transformações no trabalho e a necessidade de adequação de perfis profissionais;



Capacitar magistrados e servidores, visando ao desenvolvimento das competências requeridas no contexto da era digital;
Promover o reconhecimento do desempenho das pessoas valorizando o engajamento, a atuação colaborativa e as entregas;
Prevenir e/ou mitigar doenças no contexto da era digital.

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

Descrição:

O objetivo refere-se à utilização de mecanismos de planejamento e de execução para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, a fim de assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do TJAP.

Estratégias:

Garantir o alinhamento do planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos;
Otimizar a execução orçamentária e financeira.

Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

Descrição:

O objetivo refere-se a programas, projetos, ações e práticas que visem a melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, buscando garantir integridade, confiabilidade, integração e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

O objetivo também refere-se a incrementar as políticas e os processos de segurança necessários à estratégia digital.

Ele também refere-se ao aperfeiçoamento das políticas e dos processos de segurança da informação e de proteção de dados pessoais bem como à garantia da segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados no exercício das atividades judiciais.

Estratégias:

Promover a modernização e a convergência tecnológica de sistemas e serviços;
Adequar os processos de trabalho finalísticos à transformação digital;
Aprimorar os processos de trabalho administrativos para a transformação digital;
Concentrar as aplicações na nuvem por segurança e redução de custos;
Garantir redundância na energia e nas conexões;
Otimizar a infraestrutura de tecnologia da informação;
Incrementar a segurança da informação e a proteção de dados pessoais;
Aperfeiçoar a segurança e a proteção de magistrados, servidores e jurisdicionados;
Aprimorar a atividade de inteligência no âmbito da segurança institucional.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS



Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Descrição:

O objetivo tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases.

Ele trata também de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

Estratégias:

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;

Incrementar os controles de qualidade da prestação jurisdicional;

Otimizar os processos de apoio às atividades judiciais;

Aperfeiçoar a gestão e estimular o uso da informação gerencial;

Aperfeiçoar a gestão e estimular o uso da informação jurídica.

Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa

Descrição:

O objetivo visa à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, entre outros.

Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais relativos à corrupção e improbidade administrativa e que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Estratégias:

Assegurar a celeridade na solução de processos de corrupção;

Assegurar a celeridade na solução de improbidade administrativa;

Assegurar a otimização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

Descrição:

O objetivo refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão.

Visa também estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem que haja necessidade de processo judicial e a apoiar novos modelos de solução de conflitos que viabilizem a pacificação social e contribuam para que o Poder Judiciário se torne mais ágil e acessível, aliviando a sobrecarga no exercício da função jurisdicional.

Estratégias:

Desenvolver e aprimorar convênios com instituições parceiras;

Ampliar a oferta de formas alternativas de

resolução de conflitos;
Estimular o uso de métodos alternativos de
solução de conflitos nos processos judiciais;
Expandir a rede de conciliadores;
Fortalecer canais extrajudiciais de resolução de conflito.

Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios

Descrição:

O objetivo refere-se à promoção do sistema de precedentes obrigatórios, a fim de fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica bem como a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Ele inclui também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Estratégias:

Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios;
Aprimorar a comunicação entre as unidades de inteligência e o sistema de precedentes obrigatórios;
Promover a comunicação das decisões que afetam o julgamento dos processos pelos magistrados;
Agilizar o sobrestamento dos temas afetados bem como o levantamento do sobrestamento após o julgamento;
Consolidar e fortalecer a atuação do Centro de Inteligência da Justiça do Amapá.

Promoção da sustentabilidade

Descrição:

O objetivo visa ao aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Ele visa também a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Estratégias:

Otimizar a gestão de custos e a redução do desperdício;
Otimizar a utilização dos espaços físicos;
Usar fontes de energia limpa e renováveis;
Reduzir o uso de energia elétrica;



Reduzir o uso de água tratada.

Comunicação eficaz

Descrição:

O objetivo refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do TJAP como instituição garantidora de direitos.

Estratégias:

Aperfeiçoar a comunicação externa;

Aprimorar a articulação institucional;

Aperfeiçoar a comunicação interna, principalmente em relação ao desempenho das unidades e das pessoas;

Padronizar o atendimento ao cidadão nos diferentes canais;

Aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.

Transformação digital

Descrição:

O objetivo trata de intensificar e acelerar a transformação digital nos serviços públicos oferecidos, nos processos e nas ferramentas de trabalho.

Ele abrange a modernização e a convergência tecnológica dos sistemas e serviços, o investimento em infraestrutura atualizada de tecnologia da informação e a adaptação dos processos finalísticos e administrativos aos novos contextos de transformação digital.

Estratégias:

Promover a modernização e a convergência tecnológica de sistemas e serviços;

Simplificar, automatizar e adequar os processos de trabalho finalísticos à transformação digital;

Simplificar, automatizar e aprimorar os processos de trabalho administrativos para a transformação digital;

Otimizar a infraestrutura de tecnologia da informação.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Garantia dos direitos fundamentais

Descrição:

O objetivo refere-se aos desafios de garantir, no plano concreto, os direitos e garantias fundamentais (CF, art. 5º), buscando assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, os direitos das minorias, a inclusão da diversidade e a acessibilidade a todos, bem como ao desafio de atenuar as desigualdades sociais.



Estratégias:

Atuar em conjunto com os demais poderes na educação para a cidadania;
Assegurar agilidade na solução dos processos judiciais.

Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade

Descrição:

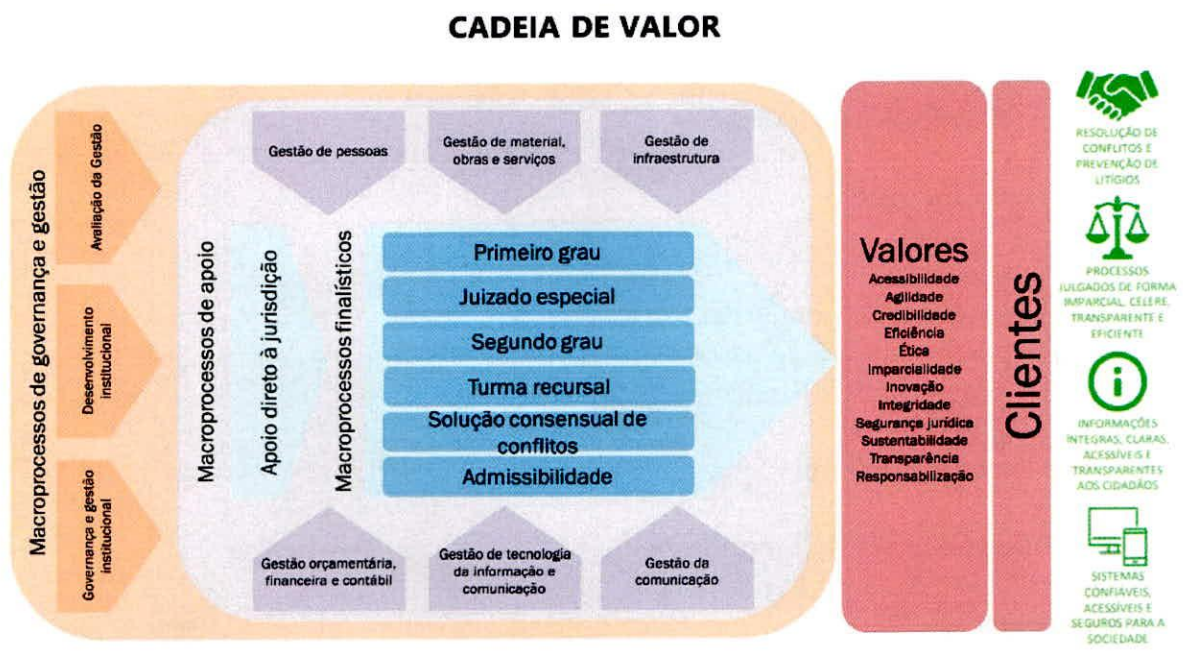
O objetivo trata do estreitamento da relação com a sociedade, para consolidar a atuação do TJAP como instituição garantidora dos direitos.

Ele também abrange a garantia de satisfação do cidadão e jurisdicionado com os serviços prestados e a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas para a solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e a sociedade.

Estratégias:

Promover a integração interna com a Justiça Estadual;
Promover a integração interna ao Poder Judiciário;
Promover a integração com os poderes constituídos no Estado do Amapá;
Promover a integração com entidades de classe representativas dos públicos de interesse do Tribunal.

CADEIA DE VALOR





CADEIA DE VALOR – MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Governança e gestão institucional

Processos:

Traçar políticas corporativas
Desenvolver, desdobrar e gerir a estratégia
Gerir riscos institucionais
Gerir desempenho
Gerir conformidade
Realizar auditorias de desempenho
Prestar contas a órgãos reguladores e sociedade
Gerir cadeia de valor e processos de trabalho
Gerir estrutura organizacional
Gerir portfólios de projetos
Prover correição

Desenvolvimento institucional

Processos:

Gerir a inovação
Gerir a transformação digital

Avaliação da gestão

Processos:

Avaliar processos de auditoria
Avaliar gerenciamento de riscos
Avaliar processos de governança

Macroprocessos finalísticos

Solução consensual de conflitos

Processos:

Promover e executar métodos consensuais de solução de conflitos

Admissibilidade

Processos:

Gerir precedentes



Gerir processos repetitivos

Juizado especial

Processo:

Prestar jurisdição no juizado especial

Primeiro Grau

Processo:

Prestar jurisdição em primeiro grau

Turma recursal

Processo:

Julgar recursos dos juizados especiais

Segundo Grau

Processo:

Prestar jurisdição no segundo grau

MACROPROCESSOS DE APOIO

Macroprocessos de apoio direto

Processos:

Protocolar processos
Distribuir processos
Elaborar cálculos em processos
Cumprir mandados em processos
Realizar leilões e partilhas
Gerir precatórios
Elaborar perícias

Gestão de pessoas

Processos:

Gerir o dimensionamento da força de trabalho
Selecionar e admitir pessoas por competências
Promover gestão por competências
Capacitar e desenvolver pessoas
Promover ações de saúde e qualidade de vida
Gerir movimentações funcionais
Gerir concessão de benefícios, vantagens, licenças e afastamentos

Gerir pagamento de pessoal
Apurar infração disciplinar
Gerir desligamento funcional

Gestão de material, obras e serviços

Processos:

Adquirir bens e contratar serviços
Gerir materiais de consumo
Gerir serviços de segurança
Gerir mão de obra terceirizada
Gerir serviços de transporte

Gestão de infraestrutura

Processos:

Gerir bens patrimoniais
Gerir infraestrutura predial

Gestão orçamentária, financeira e contábil

Processos:

Realizar gestão orçamentária
Realizar gestão financeira
Realizar gestão contábil
Gerir arrecadação dos fundos especiais

Gestão de tecnologia da informação e comunicação

Processos:

Gerir software de tecnologia da informação e comunicação
Gerir serviços de tecnologia da informação e comunicação
Prover segurança das informações

Gestão da comunicação

Processos:

Gerir comunicação e imagem institucional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Estratégico 2021-2026 contém as principais diretrizes da governança e gestão institucional.

Ele explicita os objetivos maiores a serem perseguidos pelo Tribunal até 2026.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Plano consolida os principais resultados a serem alcançados no curto, médio e longo prazos.

O Plano em si serve de instrumento de comunicação de propósitos e o seu gerenciamento e monitoramento servem ao mesmo tempo de termômetro e velocímetro para a avaliação da evolução do Tribunal no cumprimento do seu papel institucional.

A estratégia definida no nível institucional e desdobrada usando o BSC – Balanced Scorecard para as áreas de gestão de pessoas, de TIC e de Contratações devem servir de referencial de garantia do alinhamento estratégico entre as decisões e as ações evolutivas do Tribunal.

A missão de realizar a estratégia do TJAP de forma a alcançar a sua visão de futuro de - ***Garantir justiça a todos de forma rápida, eficiente e sustentável*** – é atribuição de todo colaborador da organização, mas especialmente dos magistrados e servidores, responsáveis diretos pela sustentabilidade e distinção do Tribunal no futuro.



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2020066971 - 59, por ADRIELE NEVES DE ALMEIDA em 30/06/2021 14:47:41. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADM0RGLVEL**